



Conselho Regional de Enfermagem

DECISÃO DA PREGOEIRA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico SRP nº 11/2020

Processo Administrativo nº 3214/2019

Razão e Contrarrazão de Recurso Administrativo apresentadas para o Grupo: G1

Recorrente: LIGA SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI – CNPJ 00.093.791/0001-41

Recorrida: SOLUMAR SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO E FACILITIES – CNPJ 18.730.007/0001-24

Razões e Contrarrazões de Recursos Administrativos apresentadas para os Grupos: G4, G6, G7, G8 e G9

Recorrente: AGILE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI EPP – CNPJ 03.767.254/0001-28

Recorrida: SOLUMAR SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO E FACILITIES – CNPJ 18.730.007/0001-24

Razões e Contrarrazões de Recursos Administrativos apresentadas para os Grupos: G15, G17 e G18

Recorrente: A4 TERCEIRIZAÇÃO EIRELI ME – CNPJ 17.232.934/0001-51

Recorrida: SOLUMAR SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO E FACILITIES – CNPJ 18.730.007/0001-24

Encaminho a presente decisão para apreciação da autoridade superior deste Conselho Regional para análise e julgamento dos recursos interpostos pelas licitantes:

LIGA SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI, AGILE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI EPP; AGILE TERCEIRIZAÇÃO EIRELI EPP; e A4 TERCEIRIZAÇÃO EIRELI ME, doravante cada uma denominada **Recorrente**, contra o atos da Pregoeira que decidiu pela aceitação das propostas e consequente habilitações da licitante SOLUMAR SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO E FACILITIES, ora denominada **Recorrida**, para os grupos G1 (LIGA), G4, G6, G7, G8, G9 (AGILE), G15, G17 e G18 (A4 TERCEIRIZAÇÃO).

I. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS, DOS PRAZOS E DO CONHECIMENTO DAS RAZÕES

Após habilitação da empresa vencedora Solumar Serviços de Terceirização e Facilities para os grupos mencionados acima, ocorrida em 23/09/2020, iniciou-se o prazo para manifestação de intenção de recurso.

As Recorrentes manifestaram interesse em recorrer, e os pressupostos legais de legais de admissibilidade, quais sejam: tempestividade, legitimidade e motivação, foram atendidos.



Conselho Regional de Enfermagem

Foram informadas no campo próprio do sistema as datas limites para apresentação das **Razões, Contrarrazões e Decisão do Pregoeiro, sendo 25/09/2020, 30/09/2020 e 07/10/2020, respectivamente**, conforme legislação e item 9.3 do edital. Entretanto, o prazo foi prorrogado por mais 5 dias úteis, conforme Aviso nº 04 publicado no sistema *Compras Governamentais* e no site do Coren-SP, por conta do prazo de mais 5 (cinco) dias úteis necessários para decisão da autoridade superior. No entanto, tendo em vista que a análise da área técnica foi apresentada apenas no último dia para manifestação da pregoeira (07/10/2020), o prazo precisou de nova prorrogação, com prazo final em 22/10/2020.

Todas as Recorrentes, bem como a Recorrida, apresentaram as razões e as respectivas contrarrazões tempestivamente.

II. Razões de recursos apresentadas na quantidade de nove, por três empresas diferentes – Dos Temas Conexos – Decisão unificada da Pregoeira

No total, foram 9 (nove) razões e contrarrazões apresentadas. Entretanto, o conteúdo e os argumentos das razões enviadas pela empresa Agile para os grupos G4, G6, G7, G8 e G9 são idênticos; o mesmo ocorreu com a empresa A4 Terceirização, cujas razões de recurso se repetem para os grupos G15, G17 e G18. De forma semelhante, as respostas da recorrida foram idênticas nas respectivas contrarrazões dos grupos mencionados.

Ainda, o ponto central dos recursos apresentados pelas três empresas versou sobre a comprovação insuficiente da qualificação técnica exigida em edital, o que faz com que a decisão sobre um dos grupos possa impactar na habilitação dos demais, motivo pelo qual as análises e consequentes decisões estão aglutinadas num único documento. Vejamos.

III. Grupo G1 – Recorrente Liga

As razões de recurso foram inseridas no sistema *Compras Governamentais* com a alegação principal de que a proposta comercial e a documentação de habilitação não estão conforme as exigências previstas no edital de licitação e legislação pertinente, conforme descrito abaixo:

1) Primeiro ponto abordado – Capacidade técnica insuficiente

a) Alegações da Recorrente:

Foram relacionados, pela Recorrente, os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, com a informação de que não houve o atendimento à exigência do edital que determina características compatíveis em quantidades e prazos, especialmente quanto a quantidade de pessoas e suas respectivas cargas horárias. Alega



Conselho Regional de Enfermagem

que o item 9.14.1.6 do edital fala em atendimento mínimo ao efetivo do Contrato e que, *“como a referida empresa, declarou na sua proposta comercial, conseguir executar os serviços apenas um efetivo de 07 profissionais perfazendo 44 horas semanais, está mais que claro nas contas acima que ela não atende a exigência do edital principalmente no prazo CONCOMITANTE, e o mais grave e de fácil visualização, na sua carga horária, pois, declarar ter expertise no mercado conforme a mesma fez, mais dentre dos seus 08 atestados, 40% fala de 01 Posto de Trabalho cada um de 22 horas semanais, 01 Atestado nem prazo de vigência tem, apenas data de início, podemos declarar com toda certeza que, a empresa declarada vencedora do certame, comprovou apenas 05 profissionais, na quantidade, prazo e carga horaria do objeto do edital, descumprindo assim o item 9.14.1.6 do edital. Vale ressaltar que, a carga horária de 44 horas semanais, consta como obrigatoriedade no edital no TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 10.3.1”*.

Ao relacionar os atestados, informa que o documento emitido pela empresa Engemav não possui data de emissão e que o período carece de comprovação. Analisando o documento emitido pela Engemav, esta pregoeira considerou a data escrita ao lado da assinatura (08/09/2018) e, ainda, o contrato de prestação de serviços e respectivos termos aditivos apresentados, comprovando prestação dos serviços PELO MENOS do período compreendido entre setembro/2015 e janeiro/2018, data da assinatura do último termo aditivo.

b) Alegações da Recorrida:

Alega a Recorrida, em sua defesa, que *“os atestados apresentados atendem as exigências editalícias, tanto que analisados detalhadamente pelo pregoeiro e comissão e sendo a ora recorrida declarada vencedora, não existindo nenhuma irregularidade em referidos atestados. Ademais, foram emitidos de acordo com os preceitos contidos na legislação de regência de matéria, e comprovam o cumprimento de contratos análogos, em quantidades e em qualidade conforme exigido no presente pregão eletrônico. Os postos indicados nos atestados são mais do que suficientes à comprovar que, no período exigido, a empresa vencedora cumpriu os qualitativos necessários. Não há como dizer, portanto, que falta a comprovação da qualificação técnica por parte da vencedora.”*

c) Parecer Técnico da Gerência Administrativa e Logística Operacional – Área Técnica responsável pelo objeto:



Conselho Regional de Enfermagem

Ao aceitar os atestados apresentados, esta pregoeira teve por base a compatibilidade em quantidade, características e prazos, conforme cláusula 9.14.1 do Edital. Em relação à quantidade, a licitante comprovou 10 postos de trabalho e dimensionou 7 em sua proposta; quanto as características, o serviço licitado é de limpeza predial (serviços comuns de limpeza), também compatível com os serviços dos atestados fornecidos; e em relação aos prazos, a vencedora comprovou 319 meses de execução contratual, dentre os quais, 73 meses em períodos não coincidentes, conforme cláusula 9.14.1.3 do edital e com o que preconiza o item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

No entanto, a Recorrente alegou que os atestados não seriam suficientes, dentre outros motivos, pela ausência de comprovação de postos suficientes com cargas horárias de trabalho compatíveis com as exigidas para o Grupo 1, qual seja, de 44 horas semanais. Tendo em vista que tal especificidade não fora objeto de exigência específica em edital, foi solicitada análise e parecer da área técnica quanto ao tema, para informar se a questão da carga horária influenciaria em alguns dos requisitos exigidos para comprovação da capacidade técnica – **Anexo I**.

Em resposta, a área técnica solicitou que fossem informados, outrossim, as metragens comprovadas pela recorrida, visto que os critérios de aceitabilidade das propostas para os Grupos G1 e G2 eram por área limpa (metro quadrado) – **Anexos II e III**. De posse dessas informações, a área técnica emitiu o seguinte Parecer Técnico (**Anexo IV**), abaixo transcrito, *ipsis litteris*:

“Atendendo à solicitação da Pregoeira, realizamos análise dos Atestados de Capacidade Técnica, apresentados pelas licitantes dos **Grupos 01 e 02**, quanto a cumprimento das exigências do edital, em especial:

9.14.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.14.1.3 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Conselho Regional de Enfermagem

9.14.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

Conforme mencionado pela Pregoeira, a carga horária não é fator determinante, tendo em vista que o objeto para os Grupos 01 e 02 trata-se de contratação de serviços de limpeza por m². Para subsidiar a análise, cabe ressaltar a metragem e características das unidades, conforme consta em edital, a saber:

- O somatório das áreas totais a serem limpas no edifício sede perfaz a metragem de 10.058m² e do Coren/SP Educação de 2.069,46m², sendo representadas da seguinte forma (Item 10.3.2 do Termo de Referência – Anexo I):

				Sede							Coren-SP Educação	
Áreas Internas	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade		
a) Pisos acarpetados/vinílico	760	-	840	3631,4	800	760	-	840	615,63	800		
b) Pisos frios	760	-	840	631,18	800	760	-	840	427,56	800		
c) Laboratórios	342		378		360	342	-	378	69,56	360		
d) Almoxarifados/galpões	1425	-	1575	116,65	1500	1425	-	1575	30,15	1500		
e) Áreas com espaços livres (saguão/hall/salão)	950	-	1050	2.473,60	1000	950	-	1050	329,02	1000		
f) Banheiros	190	-	210	323,86	200	190	-	210	66,64	200		
Áreas externas	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade		
a) Pisos pavimentados adjacentes/ contíguos às edificações	1710	-	1890	921,01	1800	1710	-	1890	45	1800		
b) Varrição de passeios e arruamentos	5700	-	6300	139,08	6000	5700	-	6300	63,76	6000		
c) Pátios e áreas verdes com média/baixa frequência	1710	-	1890	583,8	1800	1710	-	1890	257,9	1800		
Esquadrias e Fachadas	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade	Faixa de Produtividade de referência			Área (m²)	Produtividade		



Conselho Regional de Enfermagem

Áreas Internas	Faixa de Produtividade de referência			Sede		Coren-SP Educação		
				Área (m²)	Produtividade	Faixa de Produtividade de referência		
a) Face interna e outras divisórias	361	-	399	1034,93	380	361	-	399
b) Face externa sem exposição a situação de risco / fachada envidraçada	152	-	168	202,54	160	-	-	-
								160

As unidades possuem as seguintes características (Item 10.3.3 do Termo de Referência – Anexo I):

Unidade	Quantidade de Funcionários	Número de Banheiros/vasos sanitários	Número de funcionários terceirizados	Fluxo Médio Mensal de Pessoas na Unidade (2019)
Edifício Sede (São Paulo)	258	71	38	17942
Coren-SP – Educação (São Paulo)	19	14	10	1800

Análise dos atestados apresentados pela empresa Solumar para o GRUPO 1:

Primeiramente, cabe destacar a relação de atestados apresentados pela licitante, conforma informado pela Pregoeira:

Grupo G1 – Edifício Sede do Coren-SP								
Empresa emitente	Qtde. Posto	Carga horária horas/semana	Área (m²)			Período de prestação de serviços	Total de meses	Data emissão do Atestado
			Interna	Externa	Vidros			
AMBEV	1	22	200	50	20	02/2015 - 04/2018	38	10/06/2020
Cartório Tupã	1	22	300	100	50	11/2012 - 06/2018	67	10/06/2020
Coren-SP	1	20	42,18 (não menciona o tipo de área)			05/2019 - 09/2020	16	10/06/2020
Engemav	1	Não menciona	—	312	—	09/2015 - 09/2018	36	08/09/2018
Honda	1	44	600	20	150	01/2011 - 06/2018	89	10/06/2020
Jari Celulose	2	44	1.500	300	40	03/2016 - 08/2018	29	10/06/2020
Mekra Lang	2	44	6.900	2.800	25	10/2016 – 06/2018	20	07/07/2020
SICOOB	1	22	300	100	50	07/2016 - 07/2018	24	14/08/2020
Total	10	—	9.842,18	3.682	335	—	319	—

Execução contratual: verificamos que nenhum dos atestados apresentados possui a característica de prestação de serviços por meio de distribuição de tarefas para equipe composta por aproximadamente 07 (sete) profissionais na mesma função, para atendimento às rotinas de limpeza. O máximo de profissionais alocados são 02 (dois). Ainda, por meio de consulta aos documentos apresentados pela



Conselho Regional de Enfermagem

licitante, a prestação de serviço na empresa Mekra Lang foi realizada com equipe de 02 profissionais com funções/atribuições distintas.

Produtividade (homem/hora/m² limpo) x posto de trabalho: Verifica-se que a maioria dos atestados apresenta como características apenas 01 funcionário para metragens totais bem inferiores, se comparadas aos parâmetros de produtividade estabelecidos pela IN 005/2017, levando à constatação de que se trata de contratações por um único posto de trabalho de acordo com a carga horária estipulada. Tais características não possuem similaridade com contratação por produtividade. Exceção: atestados emitidos pelas empresas Jari Celulose e Mekra Lang.

Características dos Serviços: O atestado apresentado pela empresa MEKRA Lang do Brasil Ltda possui uma produtividade elevada em comparação aos padrões adotados pela IN 005/2017, considerando uma área interna de 6900m², externa de 2800m², com execução de serviços por meio de 02 postos de 44 horas semanais. Sendo assim, foi realizada consulta à internet, para fins de visualização do local onde está a referida instalação, sendo verificado indício de que se tratava de ambiente de fábrica. https://www.google.com/maps/@-23.4070686,-47.3829289,3a,75y,336.23h,87.99t/data=!3m6!1e1!3m4!1sGC1hJNqzjamqQImvyXRL_g!2e0!7i16384!8i8192

Em diligência realizada no dia 06/10/2020 às 14h05, junto à empresa MEKRA Lang do Brasil Ltda, por meio de ligação telefônica ao número (15) 3235 3420, constante no atestado apresentado. Em contato com a Sra Isabella de Souza Nunes – Analista Adm. de Vendas, responsável pela emissão do documento, foram obtidas as seguintes informações:

Características do local da prestação do serviço: Galpão com espaço predominantemente ocupado por maquinários, característico de ambiente de fábrica, possuindo uma sala de escritório com aproximadamente 15 estações de trabalho. Recebe baixo volume visitação de público externo, sendo em maioria fornecedores e compradores.

Em última análise, cabe atentar-se ainda à observância do item 9.16 do Edital, a saber:

O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação no grupo que não estiver acobertado pelo atestado no quantitativo mínimo necessário ou da qualificação econômico-financeira adequada, além da aplicação das sanções cabíveis.

No decorrer da seção a licitante em questão encontra-se em fase de melhor oferta e/ou habilitação para vários grupos, apresentando os mesmos atestados de qualificação técnica, podendo infringir no descumprimento do item acima referenciado. Ainda, a licitante já foi contratada para prestação de



Conselho Regional de Enfermagem

serviços referentes aos Grupos G11 – Ribeirão Preto e G14 – São José dos Campos, fato que desclassificaria pelo menos 2 atestados dos apresentados acima, para comprovação de qualificação técnica do Grupo 01.

Metros quadrados a serem limpos: Sem levar em consideração os demais fatores, quanto à compatibilidade dos serviços prestados, no que diz respeito a características, há diferença a menor relevante na soma das áreas ao desconsiderarmos atestado(s) que não se enquadram, por não atender ao quesito de similaridade com objeto e por não poderem ser utilizados, devido às questões já mencionadas no item “Característica dos Serviços”, quanto ao cumprimento do item 9.16 do Edital.

CONCLUSÃO:

Em nosso entendimento, por meio da análise da soma dos atestados apresentados, seguem considerações:

Atendimento integral do item 9.14.1.3 do Edital, pois a soma dos atestados comprovam experiência mínima de 3 (três) anos, em atividade econômica principal ou secundária.

Atendimento parcial do item 9.14.1.4, os atestados apresentados não comprovam quantitativo mínimo do serviço com características similares, considerando a soma dos diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

Atendimento parcial do item 9.14, quanto à comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis. Pois, os atestados além de tratar, nos casos citados, de unidades/serviços com características distintas as dos locais do objeto, as quantidades consideradas em período concomitante são inferiores à metragem do edifício do Grupo 01.

Ressaltamos que, ainda com relação aos quesitos características e quantidades, na análise da produtividade constante nos atestados não verificamos similaridade com a estimada pela licitante a ser empregada na prestação de serviço para o Grupo 01.

Reconhecida a intempestividade, porém é relevante destacar que houve argumentação por parte da licitante, quando da comprovação de exequibilidade, da possibilidade de verificar o atingimento da produtividade constante em sua proposta, com base nos atestados dos serviços realizados.

Por fim, faz-se necessário averiguar a questão da apresentação dos mesmos atestados para vários grupos da licitação em andamento, com base no item 9.16 do edital.”

(...)

d) Análise e manifestação da pregoeira:



Conselho Regional de Enfermagem

Primeiramente, é importante definir os critérios para apuração dos atestados de capacidade técnica conforme cláusulas definidas no Edital de Licitação, à luz da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, em especial itens 10.6 a 10.9 do Anexo VII-A, e demais normativos e entendimentos da Corte de Contas que regem as licitações e contratos administrativos.

O Termo de Referência trouxe, em seu item 23.3 e seguintes, delimitou as exigências que o licitante deveria cumprir para comprovação da qualificação técnica, as quais foram reproduzidas no Edital de Licitação no Tópico da Habilitação, para comprovação da Qualificação Técnica, conforme abaixo transcrito:

“9.14. Qualificação Técnica:

9.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.14.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.14.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.14.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.14.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Conselho Regional de Enfermagem

9.14.1.5. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.14.1.6. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.”

Temos aqui a situação de comprovação da compatibilidade com as características, quantidades e prazos em relação ao objeto licitado.

Pois bem, esta pregoeira entendeu como “características” compatíveis, a prestação de serviços de limpeza, visto que não havia qualquer outro critério objetivo definido no Termo de Referência do que poderia ser considerado ou aceito como “característica”.

Em relação aos quantitativos, num primeiro momento, foi avaliada a quantidade de postos disponibilizados pela licitante em comparação aos atestados apresentados e, quanto aos prazos, somados os atestados apresentados em relação a serviços prestados de forma não simultânea.

Porém, após os recursos apresentados, e, em segunda análise, tendo em conta que os Grupos G1 e G2 foram licitados por metro quadrado, faria sentido que as metragens também compusessem a contabilidade para a soma dos atestados, fato que foi informado pela área técnica. Diante de tal constatação e, tendo em vista o princípio da autotutela administrativa, foi solicitado à área técnica que, outrossim, contabilizasse os atestados apresentados pela empresa ganhadora do Grupo G2 – Liga Serviços de Limpeza Eireli, mesmo não tendo sido objeto de recurso, para averiguar se houve atendimento a este requisito.

Deste modo, após revisão, quanto ao que se pretende por “quantitativos” compatíveis com o objeto licitado, podemos depreender que, para os Grupos **G1 e G2 seriam metros quadrados E quantidade de postos**; para os demais Grupos – **G3 a G18, seria apenas a quantidade de postos**, visto que foram licitados por posto, independentemente da metragem da unidade.

Para esse quesito também não houve definição de critérios objetivos do quanto seria considerado para apuração do quantitativo, logo, deduz-se que o licitante deveria atender



Conselho Regional de Enfermagem

à metragem total a ser limpa e aos quantitativos totais de postos definidos em sua proposta ou exigidos em edital, no caso dos grupos licitados por posto.

A fim de averiguar a melhor forma de mensuração dos atestados quanto às características e quantidades face a ausência de definição de critérios objetivos, esta pregoeira realizou diversas consultas a outros órgãos, em especial à Advocacia Geral da União, órgão esse utilizado pela Comissão Permanente de Licitação do Coren-SP como referência para elaboração dos modelos de editais; e ao Tribunal de Contas da União, sendo também órgão de referência por dispor de servidores qualificados atuando na área de licitações.

Como resultado da consulta, após verificação de diversos pregões (PE SRP 1-2019 – UASG 110099; PE 01/2020 – UASG 323110; PE 01/2020 – UASG 130102; PE 23/2020 – UASG 30001; PE 07/2020 – UASG 110161) três licitações foram utilizadas como amostragem:

1ª) Pregão Eletrônico SRP nº 10/2019 – UASG 110099 – Superintendência em São Paulo da AGU – o *edital exigiu para comprovação da capacidade técnica:

*disponível para download em:

http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=110099&modprp=5&numprp=102019

“8.9. Qualificação Técnica:

8.9.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente aos itens 1, 12, 23, 34, 45, 56, 67, 78, 89, 100, 111, 113, 124, 135, 146, 157, 168, 179, 190, 201, 212, 223, 234, 245, 256, 267, 278, 289, 300, 311, 322, 333, 344, 355, 366, 368, 379, 390, 401, 412, 423, 434, 445, 456 e 467 deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.9.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.9.2.1.1. Para os grupos 01 e 02: 40% da metragem total de cada um dos grupos.



Conselho Regional de Enfermagem

8.9.2.1.2. Comprovação do número de serventes/funcionários, compatível quantitativo de pessoal resultante das Planilhas Auxiliares (ANEXO VII) de cada grupo.

8.9.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.9.2.3. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.2.3.1. Não será aceita a somatória de períodos concomitantes (ao mesmo tempo).

8.9.2.4. A data da assinatura do atestado deverá ser posterior ao vencimento do contrato, Termo aditivo ou posterior a 12 (doze) meses do início da execução.

8.9.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.3 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.9.4 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado



Conselho Regional de Enfermagem

contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.9.5 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

E, ainda, a cláusula 8.10.1 que dizia:

“8.10.1 Será permitida a somatória de atestados, desde que contenha obrigatoriamente a execução de todos os tipos de áreas, quais sejam, áreas internas, externas, esquadrias e fachadas envidraçadas.”

Percebe-se que o edital estabeleceu claramente os critérios objetivos que seriam mensurados para aferição dos quantitativos (área equivalente a 40% do total da área licitada + quantidade de postos equivalentes ao que foi dimensionado nas planilhas publicadas) e, ainda, em relação às características para somatória dos atestados (os atestados deveriam conter serviços de limpeza de áreas internas, externas, esquadrias e fachadas envidraçadas).

Na *ata da sessão do pregão pode-se verificar como o pregoeiro agiu para mensurar os quantitativos que os licitantes precisavam comprovar:

*ata disponível em <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata4.asp#102019-110099>

Pregoeiro	22/10/2019 15:07:05	Para FAMA SERVICE ADMINISTRACAO DE SERVICOS GERAIS EIRELI - Senhor Fornecedor, analisamos os atestados fornecidos e verificamos que, em seu conjunto estes atenderam ao critério temporal de 3 anos, o critério quantitativo de pelo menos 23 serventes e o critério de metragem de pelo menos 7.545,20m² (40% de 18.863m²).
Pregoeiro	23/10/2019 15:17:25	Para RCA-SERVICOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - Considerando, então, apenas os dois atestados válidos, a empresa atendeu o critério de metragem e de quantidade de serventes , porém não atingiu os 03 anos conforme item 8.9.5. Os dois atestados somados resultam em 02 anos e 7 meses. Os senhores possuem atestado e contrato complementar para o período restante?
03.848.916/0001-94 Pregoeiro	23/10/2019 15:18:03 23/10/2019 15:18:14	Prefeitura de Jacareí tem 42.000 m ² e três anos consecutivos de prestação de serviços Para RCA-SERVICOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - Desculpe, o contrato está anexado. Desconsiderem este pedido. Entretanto ainda precisamos de atestado válido para comprovação de tempo de experiência. Os senhores possuem atestado complementar?
Pregoeiro	23/10/2019 15:19:26	Para RCA-SERVICOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - O atestado do Município de Jacaré foi emitido em 10/09/2011. O atestado atesta apenas os serviços já prestados.



Conselho Regional de Enfermagem

03.848.916/0001-94	23/10/2019 15:22:30	Sr. Temos mais atestados posso anexar juntamente com a declaração?
Pregoeiro	23/10/2019 15:24:44	Para RCA-SERVICOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA - Sim, vamos convocar o anexo para o envio da documentação em que se demonstra o atendimento dos itens 8.8.5.1 e 8.8.5.2 do Edital, considerando o valor estimado da Contratação de R\$ 122.916,26 e de Atestado de capacidade técnica complementar que complementa os 3 meses que faltam para atender o critério temporal.

A licitante FAMA SERVICE ADMINISTRACAO DE SERVICOS GERAIS EIRELI precisaria comprovar a execução de 23 postos de servente de limpeza e 7.545,20m² de área limpa e, para tal averiguação, o pregoeiro SOMOU os quantitativos dos atestados apresentados. Ao verificar os documentos apresentados por essa empresa na fase de habilitação, constata-se que em NENHUM dos atestados contém o total de 23 serventes; há atestados com 5, outros tantos com apenas 1 cada, outro com 11 e assim sucessivamente (**Anexos V a XVIII**). O mesmo critério foi aplicado quanto ao total da área a ser limpa.

2º) *Pregão Eletrônico nº 33/2020 – UASG 30001 – Tribunal de Contas da União – Objeto: Contratação de serviços continuados de Limpeza, Copeiragem e Recepção. Veja que aqui a exigência foi mais simples, sem delimitar objetivamente o que seria considerado como serviços equivalentes; no entanto, o Edital mencionou a quantidade de postos que seria considerada para aferição do quantitativo, mas seriam aceitos atestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária para a comprovação dos 20 postos exigido, veja:

**Disponível para consulta em: <https://portal.tcu.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-tcu/licitacoes/>*

“40. Para fins de qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

40.1. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

40.1.1. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto no edital de licitação.

40.1-1.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.



Conselho Regional de Enfermagem

40.1-1.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

40.1.2. Experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão.

40.1-2.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

40.1-2.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

40.2. Cópia(s) de contrato(s) comprovando que a licitante executa ou executou serviços, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, com, no mínimo, 20 (vinte) postos.”

No relatório de análise da documentação vemos quais os critérios utilizados pelo setor técnico daquele órgão para mensurar a comprovação da capacidade técnica da empresa vencedora do grupo único da licitação - VISION EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ 09.327.728/0001-05 a qual o objeto foi adjudicado e homologado, conforme abaixo:



Conselho Regional de Enfermagem

40. Para fins de qualificação técnico-operacional deverão ser apresentados:

40.1. Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

40.1.1. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante executa ou executou contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, que correspondam ao quantitativo previsto neste Edital e em seus Anexos.

40.1-1.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

40.1-1.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

A licitante **apresentou** os seguintes atestados e/ou declarações de capacidade técnica:

- Atestado do contrato 01/2019 com a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba-SP. Possui 3 postos (Peça 46, págs. 12 a 14); e

- Atestado do contrato 02/2019 com TCU, Sec-SC. Possui 4 postos (Peça 46, pág. 15);

- Atestado do contrato 16/2013 com a Prefeitura de Amapá. Possui 29 postos (peça 46, págs. 16 a 32);

- Atestado do contrato 09/2011 com a Prefeitura de Pracuuba. Possui 17 postos (peça 46, págs. 33 a 38); O atestado foi expedido antes de decorrido no mínimo um ano do início da execução do contrato não respeitando o item 42 do edital.

Atende ao exigido no edital



Conselho Regional de Enfermagem

<p>40.1.2. Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão:</p> <p>40.1-2.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;</p> <p>40.1-2.2. Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.</p>	<p>A licitante apresentou as seguintes documentações para comprovação deste item:</p> <p>- Atestado do contrato 01/2019 com a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sorocaba-SP. Comprovou experiência entre 02/05/2019 até 01/05/2020 (Peça 46, págs. 12 a 14);</p> <p>- Atestado do contrato 02/2019 com TCU, Sec-SC. Comprovou experiência entre 30/05/2019 até 27/07/2020 (Peça 46, pág. 15).</p> <p>- Atestado, cópia do Contrato 16/2013 e primeiro termo aditivo deste contrato com a Prefeitura de Amapá. Comprovou experiência entre 04/03/2013 até 03/03/2015 (peça 46, págs. 16 a 32);</p> <p>Atende ao exigido no edital.</p>
	<p>- Cópia do Contrato 09/2011 e termo aditivo deste contrato com a Prefeitura de Pracuuba. Comprovou experiência entre 03/01/2011 até 03/01/2013 (peça 46, págs. 33 a 38);</p> <p>Comprovou 5 anos e 2 meses.</p>
<p>40.2. Cópia(s) de contrato(s) comprovando que a licitante executa ou executou serviços com, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, com, no mínimo, 20 (vinte) postos.</p>	<p>A licitante apresentou a seguinte cópia de contrato para comprovação deste item:</p> <p>- Cópia do Contrato 16/2013 com a Prefeitura de Amapá. Possui 29 postos (peça 46, págs. 16 a 32);</p> <p>Atende ao exigido no edital.</p>

O atestado aceito para comprovação do contrato contendo 20 postos referia-se a 14 postos de servente de limpeza, 11 postos de auxiliar administrativo e 4 postos de motorista (**Anexo XIX**), ou seja, critérios flexíveis quanto ao tipo de serviço, não necessitando que todos os postos fossem relativos aos objetos licitados, sendo aceitos outros desde que se referissem à atividade principal ou secundária exercida pela empresa. Ainda, os postos de limpeza contidos no atestado eram de 40 horas semanais, e o edital estava contratando serventes com postos de 44 horas semanais.

Ademais, o objeto tratava-se de “Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de Limpeza, Copeiragem e Recepção nas dependências da Secretaria do Tribunal de Contas da União no Estado Pará – SEC-PA” – denota-se, pela descrição, ser o objeto limpeza de ambientes de escritório. No entanto, não há aqui mensuração de que tipo de limpeza se tratavam os atestados, se limpeza de galpão, se



Conselho Regional de Enfermagem

limpeza de museu, ou se a limpeza era compatível ou não com limpeza específica de escritório.

3º) *Pregão Eletrônico nº 07/2020 – UASG 110161 – Advocacia Geral da União / Superintendência no Distrito Federal – Objeto: prestação dos **serviços de limpeza**, conservação, higienização e asseio, com fornecimento de mão de obra e, por demanda, todos os materiais necessários, dos **serviços de apoio administrativo e recepção**. As cláusulas para exigência da capacidade técnica foram muito parecidas com a do Edital da Licitação do Coren-SP, ora analisada, veja:

**edital, atas e demais anexos disponíveis para download em:*
http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co_no_uasg=110161&numprp=72020&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=72020&f_coduasg=110161&f_tpPregao=E&f_lstICMS=&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=

“9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as características mínimas.

9.11.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Conselho Regional de Enfermagem

9.11.1.5 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3(três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.1.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.7 Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.11.1.8 Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.9 Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.”

Na referida licitação o critério de medição para os serviços de limpeza foi por metro quadrado, o mesmo utilizado pelo Coren-SP – para o Item 1 do Grupo 1: 7.708,10m² com 5 postos (item 10.2 do Termo de Referência) e para o Item 1 do Grupo 2: 3.921,02m² com 3 postos.

A empresa vencedora para o G1, cujo objeto foi adjudicado e homologado – JUDA ADMINISTRADORA DE MAO DE OBRA EIRELI, apresentou atestados de capacidade técnica diversos relativos a terceirização de mão de obra, tais como serviços de limpeza, portaria, recepção e vigilância. Quanto aos serviços de limpeza, especificamente, apresentou 4 atestados, sendo três deles com 2 postos cada e 1 deles com 1 posto, ou seja, os atestados foram SOMADOS para aferição do total dos postos exigidos; NENHUM dos documentos



Conselho Regional de Enfermagem

apresentados continha 5 postos concomitantemente para este serviço (**Anexos XX e XXI**). Ainda, não há qualquer informação ou indícios de que foram averiguados os tipos de serviço de limpeza prestados – aqui temos um edital que também não delimitou OBJETIVAMENTE o que seria considerado como característica ou quantidade compatível, logo, denota-se que foi considerada como compatibilidade quanto ao tipo de serviço, a prestação de serviços de limpeza, apenas, visto se tratar, outrossim, de serviços simples de limpeza para ambientes de escritório, pois destinavam-se, conforme Edital, a “atender às necessidades das unidades da Advocacia-Geral da União (AGU) no Estado do Goiás-GO e nas instalações das unidades da AGU no Estado de Tocantins”.

Em relação aos quantitativos, nem mesmo houve averiguação da quantidade de metros quadrados conforme depreende-se pelos documentos apresentados e pela Ata da Sessão do Pregão tendo, tão somente, sido aferidas as quantidades de postos.

Ainda, das licitações citadas no início desse tópico, temos o *PE 01/2020 – UASG 130102 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – não pormenorizado acima, mas trazido aqui apenas para mais uma exemplificação. Quando da exigência da capacidade técnica, o Edital delimitou o que seria considerado como “característica do serviço”:

**Edital, Ata e demais anexos disponíveis para download em:*
http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=130102&mo_dprp=5&numprp=12020

(...)

“9.11.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.21.1. Serviços de limpeza e conservação em áreas internas e externas.”

(...)

Face a todas as diligências e pesquisas realizadas, e, ainda, de acordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e com o princípio do julgamento objetivo das propostas insculpidos no art. 3º, da Lei 8.666/1993 e reforçados pelos artigos 41 e 45, respectivamente, do mesmo diploma legal, após revisão dos critérios de aceitabilidade dos atestados (incluindo o quesito “metragem”), restava bem claro que a Recorrida havia cumprido com as exigências de capacidade técnica para o Grupo 1.



Conselho Regional de Enfermagem

Desse modo, ao receber o recurso e as contrarrazões, foi solicitado à Área Técnica que se manifestasse em relação ao apontado pela Recorrente quanto aos atestados contendo postos com carga horária inferior à 44 horas semanais e, em segunda análise, quanto ao atendimento da metragem exigida em edital. Entretanto, a nobre Área Técnica, ao emitir seu parecer, adentrou em quesitos não pré-estabelecidos nem exigidos em edital, criando novas regras, motivo pelo qual peço vênha para discordar de toda a análise realizada no que diz respeito aos atestados apresentados pela Recorrida, conforme demonstrado no quadro e demais argumentações abaixo:

9.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado		
	O QUE PODE SER COMPROVADO?	COMPROVAÇÃO
9.14.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente	Características, quantidades e prazos, conforme atividades descritas no objeto social ¹	Atestado Ambev – Limpeza e conservação
		Atestado Cartório Tupã – Limpeza e conservação
		Atestado Coren-SP – Limpeza e conservação
		Atestado Engemav – Limpeza e conservação
		Atestado Honda – Limpeza e conservação
		Atestado Jari Celulose - Limpeza e conservação
		Atestado SICOOB - Limpeza e conservação
		Mekra Lang – Limpeza e Conservação
9.14.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017	Características, quantidades e prazo	Todos os atestados foram emitidos após decorrido ao menos um ano do início da execução.



Conselho Regional de Enfermagem

9.14.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, <u>será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes</u> , não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017	Prazo – para esse requisito, são desconsiderados os atestados referentes a períodos concomitantes	Comprovou 73 meses de atividades em períodos distintos.
9.14.1.4. <u>Poderá ser admitida</u> , para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados <u>de forma concomitante</u> , pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017	Quantidade – para esse requisito os atestados podem ser concomitantes OU não, pois o edital fala em “poderá ser admitida”	Comprovou 10 postos e 13.859,18m ² em atestados referentes a serviços prestados concomitantemente ou em períodos distintos - Requisito cumprido, pois na proposta foram dimensionados 7 postos e a área total da Sede do Coren-SP é de 10.058m ² conforme Item 10.3.2 do Anexo I – Termo de Referência.
9.14.1.5. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados. 9.14.1.6. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017	Requisitos específicos para contratação de serviços por postos de trabalho, conforme alínea C do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017 – não aplicável ao Grupo G1 (no Pregão em análise, tais requisitos se aplicam aos Grupos G3 ao G18).	NÃO SE APLICA



Conselho Regional de Enfermagem

¹Objeto Social: Serviços de limpeza e conservação predial (públicos e privados); serviços de dedetização, desratização, descupinização (imunização e controle de pragas urbanas); serviços combinados para apoio e Edifícios, exceto condomínios prediais; serviços de jardinagem incluindo o plantio, tratamento, manutenção de plantas, jardins e gramados, capinação e roçada manual e mecanizada.

Pois bem, analisando um a um os itens apontados pela nobre Área Técnica, constata-se o seguinte:

- **Execução contratual:** tal item não foi requisito de comprovação da capacidade técnica, conforme dimensionado pela própria Área Técnica, no item 23.3 e seguintes do Termo de Referência.

No relatório consta que “nenhum dos atestados apresentados possui a característica de prestação de serviços por meio de distribuição de tarefas para equipe composta por aproximadamente 07 (sete) profissionais na mesma função”: conforme exaustivamente demonstrado acima, o entendimento desta Pregoeira é de que os atestados devem ser somados, tanto em relação à quantidade de postos, quanto em relação à metragem.

Para não somar os atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido, dever-se-ia ter estabelecido tal critério, com as devidas justificativas, em edital. A Corte de Contas já se pronunciou sobre o tema:

*“É vedada a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação da qualificação técnica. Contudo, caso a natureza e a complexidade técnica da obra ou do serviço mostrem indispensáveis tais restrições, deve a **Administração demonstrar a pertinência e a necessidade de estabelecer limites ao somatório de atestados ou mesmo não o permitir no exame da qualificação técnica do licitante.**”* (Grifos nossos)

Nesse mesmo sentido, a Súmula 263/2011 do TCU:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Nos exemplos trazidos acima de licitações pesquisadas realizadas por outros órgãos, o edital do PE 33/2020 – UASG 30001 exigiu a comprovação para 20 postos num mesmo contrato / atestado; entretanto, isso foi expressamente delimitado no instrumento convocatório.



Conselho Regional de Enfermagem

No Relatório Técnico consta, outrossim, que “a prestação de serviço na empresa Mekra Lang foi realizada com equipe de 02 profissionais com funções/atribuições distintas – mais uma vez uma análise equivocada, visto que as atribuições dos profissionais eram:

- (i) 1 profissional auxiliar de serviços gerais, com atribuições descritas no contrato de prestação de serviços, como:

“O indivíduo que trabalha como Auxiliar de Serviços Gerais tem como funções serviços de rotina de limpeza, manutenção e conservação de espaços interiores e exteriores (pátios, jardins, dependências, patrimônios, vias e bens imóveis), e de forma a atender as necessidades de limpeza, manutenção e conservação desses espaços.

Assim, o profissional deve estar apto a detectar problemas, fazer diagnósticos e encontrar soluções. Além disso, o Auxiliar de Serviços Gerais deve fazer vistorias periódicas, solicitar orçamentos e acompanhar reparos, sempre que se faça necessário. Em alguns casos, carregar e descarregar produtos, organizar e arrumar espaços e a instalação de componentes e equipamentos também fazem parte das funções deste profissional.”

As funções descritas para esse cargo são muito próximas às do servente líder/encarregado, elencadas no item 7.5.2 e seguintes do Anexo I – Termo de Referência. Inclusive, trata-se de profissional que recebe um adicional ao salário, fato também de aproximação com essa categoria, que possui salário diferenciado. Além do mais, a atividade exercida por esse profissional consta no Objeto Social do Contrato Social da Recorrida: “serviço de limpeza e **conservação** predial”, motivo pelo qual esta Pregoeira entende que tal comprovação merece ser considerada.

- (ii) 1 profissional auxiliar de limpeza – compatível com a função de servente de limpeza descrita no Edital.

- **Produtividade (homem/hora/m² limpo) x posto de trabalho** – mais uma vez um requisito não exigido para aferição da capacidade técnica. Tratou-se, sim, de requisito para dimensionamento e aceitabilidade das propostas para os Grupos G1 e G2 e, por esta razão, esta Pregoeira entende que os argumentos aqui apresentados pela r. Área Técnica não merecem acolhida.

- **Características dos Serviços** – denota-se extrapolação dos limites do edital na análise feita pela Parecerista Técnica. Aqui, o trecho nos leva a entender que há a desconsideração do atestado emitido pela empresa Mekra Lang por meio de um comparativo das características daquele local de prestação de serviços com o edifício Sede do Coren-SP, quando informa as “características do local da



Conselho Regional de Enfermagem

prestação do serviço”; “galpão predominantemente ocupado por maquinários”; “ambiente de fábrica”; “recebe baixo volume visitação de público externo”. Mais uma vez percebe-se a concepção de normas para mensuração da capacidade técnica ausentes no instrumento convocatório.

Ainda, partindo dessa premissa, todos os demais atestados deveriam ser averiguados para verificar se os ambientes limpos são similares ao do Edifício Sede do Coren-SP, o que não ocorreu.

- **Metros quadrados a serem limpos** – aqui a r. Parecerista Técnica mescla quesitos divergentes e não cumulativos entre si, como a área a ser comprovada em comparação com a cláusula 9.16 do Edital. Diz haver “diferença a menor relevante na soma das áreas ao desconsiderarmos atestado(s) que não se enquadram”, porém, **sem delimitar** objetivamente quais ou qual (visto que o plural está entre parênteses) são os atestados não enquadrados.

Em relação ao item 9.16 do Edital, a análise dos requisitos de habilitação técnica cumulativos no caso ora analisado, deve versar APENAS em relação ao quantitativo dos postos de trabalho, pois os demais grupos vencidos pela Recorrida (G4, G6, G7, G8, G9, G11, G14, G15, G17 e G18) foram licitados por postos de trabalho, e não por metros quadrados. Esse assunto não foi tema de contestação pela Recorrida e será abordado mais adiante, quando da análise dos demais recursos apresentados pelas outras licitantes.

- **Conclusão do Parecer Técnico** – neste ponto, a Parecerista Técnica traz, dentre outras, a seguinte conclusão: *“Reconhecida a intempestividade, porém é relevante destacar que houve argumentação por parte da licitante, quando da comprovação de exequibilidade, da possibilidade de verificar o atingimento da produtividade constante em sua proposta, com base nos atestados dos serviços realizados.”*

Ora, a comprovação da exequibilidade da proposta deu-se em momento anterior ao da habilitação. Se tal argumentação foi trazida pela Recorrida naquele momento e era importante que, para isso, se analisasse também atestados dos serviços realizados, a Área Técnica devia tê-lo feito naquele momento. Não há que se confundir comprovação da exequibilidade das propostas (fase de julgamento da proposta) com a comprovação da qualificação técnica (fase de habilitação). No mais, esta Pregoeira não compreendeu o trecho “Reconhecida a intempestividade” descrito naquele parágrafo da Conclusão do Parecer.

No caso abaixo, o Tribunal de Contas da União, em decisão acerca de representação em face da aceitação de atestado de capacidade técnica sem semelhança com o objeto, se pronunciou da seguinte forma:

“Representação formulada ao TCU apontou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 77/2009, realizado pelo Instituto Evandro Chagas, com o



Conselho Regional de Enfermagem

objetivo de contratar empresa para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização das dependências do órgão nas cidades de Belém e Ananindeua/PA. A representante questionou a decisão do pregoeiro, que declarou vencedora do certame a empresa Universal Serviços Ltda.. Para tanto, alegou que: a) “o atestado apresentado pela referida empresa não comprova que ela executou serviços pertinentes ou compatíveis em características (limpeza e conservação) com o objeto a licitação, conforme determina o subitem 13.6 do edital, já que o mencionado documento comprova a prestação de serviço de 1 (um) servente [...], enquanto que o edital exige 54 (cinquenta e quatro) serventes

[...]”; b) “a área total prevista no edital é de 383.523,08 m² (externa) e 15.384,23 m² (interna), e no atestado apresentado pela empresa vencedora consta a área externa de 3.000 m² e a interna de 1.120 m²”.

Para a unidade técnica, a aceitação de atestado “sem razoável semelhança com o objeto do pregão, seja em termos de áreas internas e externas, seja em termos de funcionários”, poderia ensejar a contratação de empresa desprovida de capacidade técnica, pondo em risco a realização do objeto pactuado.” (Grifos nossos). Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 42 – TCU.

Veja que a unidade técnica do Tribunal de Contas falou em “razoável semelhança” com o objeto do pregão. Ao comparar os atestados apresentados pela Recorrida com o estritamente exigido em edital, não há que se falar em divergências como as apontadas na representação trazida como exemplo, acima. Ao contrário, a Recorrida ainda comprovou metragem acima do exigido para o Edifício Sede do Coren-SP.

2) Segundo ponto abordado – Não apresentação de todos os documentos de habilitação no prazo determinado pelo art. 26 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

Alega a Recorrente que a Recorrida deixou de apresentar no prazo correto, os documentos exigidos nas cláusulas 9.12.5 e 9.14.1.7 do Edital.

Quanto ao documento exigido no item “9.12.5. Prova de inscrição no cadastro contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual “, a Recorrida apresentou “Certidão Negativa de Débitos nº 894/2020” emitida pela Prefeitura Municipal de Lucélia, a qual constava as informações relativas também à inscrição municipal: “inscrita no CADASTRO DE CONTRIBUINTES MOBILIÁRIOS desta fazenda municipal



Conselho Regional de Enfermagem

sob nº 395200, CNPJ Nº 12.569.038/0001-69, com o ramo de atividade “SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E LIMPEZA”.

Configuraria excesso de formalismo a exigência de um documento específico sendo que as informações necessárias já estavam disponibilizadas. Ainda, a desclassificação da empresa pela ausência desse documento, de modo que a finalidade fora atingida por meio da apresentação de outro, configuraria ação excessiva e autoritária por parte desta Pregoeira.

O Superior Tribunal de Justiça repudia o formalismo exagerado (RMS 15.530/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14/10/2003, DJ 01/12/2003, p. 294). Deste modo, a interpretação do art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993 que traz o princípio do formalismo procedimental deve ser mitigada, de modo que as burocracias e formalismos desimportantes para a configuração do ato, cujo descumprimento não gera prejuízo às partes, devem ser afastados.

Já em relação a cláusula “9.14.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **se solicitado pelo pregoeiro**, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.” É cristalino aqui que se trata de documento a ser apresentado a título de diligência dos atestados de capacidade técnica “se solicitado pelo pregoeiro”. Quando solicitado, a Recorrida prontamente apresentou (fato registrado em Ata do Pregão); logo, não há que se falar em descumprimento ao estabelecido em Edital, como equivocadamente alegou a Recorrente.

3) Terceiro ponto abordado – Incompatibilidade da proposta comercial

a) Alegações da Recorrente

Em apertada síntese, alega a Recorrente não haver tido uma competição em igualdade no certame, pois a Recorrida não obedeceu à determinação do instrumento convocatório quanto à recomendação para o uso da produtividade dimensionada em edital para o Grupo 1; que a Recorrida alegou, quando da comprovação da exequibilidade de sua proposta, que compensaria a produtividade muito acima da dimensionada em edital com a utilização de uma máquina (lavadora e secadora), não atentando para dois itens importantes:

“O primeiro é não cotar em seus custos, (Planilha de Equipamentos que fará parte do contrato até o final dos 12 ou 6º meses), o valor referente a referida Máquina, ou seja, na sua relação de Equipamentos, mesmo que a mesma tenha a



Conselho Regional de Enfermagem

máquina em estoque deveria cotar o equipamento para ter a clareza no processo licitatório de mostrar a transparência no certame.

O segundo erro gravíssimo e ao qual em especial o Coren não pode validar, é o descumprimento de obrigações trabalhistas, pois ao declarar a utilização da máquina deveria ter cotado o piso salarial de Operador de Varredeira em atendimento a convenção coletiva, que determina um piso salarial para um Operador de Varredeira, no piso de R\$ 1.772,91.

De certo não pode declarar a utilização esporádica, pois, desprendemos que a sua utilização vai ser diária e em toda cara horária em razão de suas justificativas de que a máquina substitui 02 funcionários.”

b) Alegações da Recorrida:

“No que diz respeito à produtividade, a recorrida observou, aqui, os termos da Instrução Normativa nº. 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Seguidas, então, diretrizes objetivas na composição da produtividade, inclusive pautada em instrução normativa expedida pela Presidência da República, não há como dizer que esteja ela incorreta.

Inclusive apresentou junto ao Pregoeiro e Comissão relatório detalhado das atividades a serem executadas com a locação de mão obra por local, comprovando assim sua exequibilidade.”

c) Análise da Área Técnica:

Quanto a esse quesito, foi solicitado à área técnica que se manifestasse, pois é assunto que diz respeito às análises e aceitabilidade da proposta técnica da licitante ora Recorrida, escapando da competência da Pregoeira. Segue abaixo descrição, *ipsis litteris*, da manifestação da Área:

“Realizada análise das alegações constantes no recurso, temos a informar que o edital não veda o fornecimento de equipamentos sem custo para a administração e, ainda, não localizamos cláusula com óbice, quanto à utilização de recursos que aumentem a produtividade por parte das prestadoras de serviço.

Com relação a possível passivo trabalhista, apesar da questão não ter sido tratada durante análise da proposta, não há óbice do pagamento, caso seja o



Conselho Regional de Enfermagem

entendimento legal, sendo de responsabilidade da prestadora de serviços, a ser custeado conforme o número de equipamentos calculados, em quantidade necessária para atingir a produtividade estimada, e empregados durante a execução contratual."

d) Manifestação da Pregoeira:

Conforme já dito acima, trata-se de questão cuja análise extrapola o campo de atuação da Pregoeira.

Assim, de acordo com o disposto na cláusula 8.11 do Edital e, com base no art. 17, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019 e, ainda, art. 50, §1º, da Lei 9.784/1999, sigo o entendimento da Área Técnica.

IV. Recorrente Agile Terceirização Eireli EPP – Grupos G4, G6, G7, G8 e G9

Nas razões de recurso a Recorrente combate o ato da pregoeira quanto à habilitação técnica da Recorrida, em relação a ausência de comprovação do total de postos dos grupos para os quais sagrou-se vencedora, e quanto a dúvidas dos atestados apresentados sendo, em sua maioria, emitidos por empresas privadas.

Na primeira alegação, informa que a Recorrida deveria ter comprovado 20 postos de trabalho mas que, no entanto, comprovou apenas 10 e, portanto, deve ser desclassificada com base na cláusula 9.14.1 do Edital. **Esse assunto será tratado quando da análise das razões de recurso apresentadas pela empresa A4 Terceirização Eireli – ME para os Grupos G15, G17 e G18, por similaridade das alegações.**

No segundo ponto abordado, a Recorrente põe em cheque a veracidade dos atestados apresentados pela Recorrida, visto que os documentos “são de iguais teor, áreas iguais ou semelhantes, sendo assim no mínimo questionáveis, e ainda com suas execuções bem antigas”. Alega ter realizado busca por meio da ferramenta *street view* para verificar os locais de prestação de serviços, tendo como resultado locais distintos dos informados nos atestados, e que seria necessária a apresentação de outros documentos para comprovação dos postos de trabalho descritos nos atestados.

Contrarrazões da Recorrida:

Em suas contrarrazões, a Recorrida limitou-se a informar que houve cumprimento dos requisitos para comprovação da capacidade técnica e se defende dizendo ser descabida a exigência da



Conselho Regional de Enfermagem

apresentação de outros documentos para comprovação dos atestados, por não estar prevista em edital, conforme trechos abaixo:

“A qualificação técnica é comprovada mediante atestados. Não há se exigir, por outro lado, a apresentação de contratos e notas fiscais para comprovação quanto à execução dos serviços. Ora, tal exigência implicaria na criação de mais um requisito visando a qualificação técnica, sem previsão legal. Todavia, é da própria legislação de regência que se extrai a indicação de que as exigências para a qualificação técnica, unicamente, aquelas que se encontram positivadas na própria legislação.

(...)

Veja-se que não há previsão legal para a exigência de cópias das notas fiscais emitidas nos últimos 3 (três) meses. A legislação fala, unicamente, em atestados. E ainda fala limitar-se à exigência desse documento. Novamente se diz que, quando fez essa opção, o legislador já limitou as exigências, visando tratar de forma igualitária as empresas que postulam a contratação junto ao Poder Público. E essa limitação há de ser respeitada.

A apresentação de SEFIP/GFIP e CAGED é tão descabida quanto a anterior. Notadamente porque se relacionam a certidão de regularidade junto ao FGTS, cujo documento foi regularmente apresentado. O mesmo se diga em relação ao extrato de FGTS, na medida em que não há exigência de apresentação desse documento em lei e, ainda, porque está relacionado à própria certidão de regularidade já mencionada.

As regras do jogo devem ser definidas antes do seu início. No caso concreto dos processos licitatórios, afora a previsão legal, há ainda o edital, a ser estritamente seguido. O julgamento das propostas, a averiguação de validade e compatibilidade delas em relação ao edital, bem assim as comprovações exigidas, sabe-se, devem ser preestabelecidas pela Administração Pública. Dessa maneira, os interessados saberão, de antemão, tudo o que precisam para a participação, sem as surpresas posteriores, que feririam inclusive o princípio da impessoalidade, este com guarida constitucional – art. 37, caput, da CRFB/1988.”

Manifestação da Pregoeira:

Promover diligências visando elucidar quaisquer documentos apresentados ou informações prestadas, em quaisquer fase do processo licitatório, é lícito e tem previsão legal e editalícia – cláusula 18.3 do Edital e art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993.

Desta forma, havendo indícios de irregularidades ou dúvidas quanto ao conteúdo dos documentos apresentados, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica, é lícito solicitar outros documentos que comprovem que o serviço foi executado, não configurando documentos não



Conselho Regional de Enfermagem

previstos em edital, pois tratam-se de documentos complementares e necessários à elucidação ou esclarecimentos, que não tinham como ser anteriormente previstos no instrumento convocatório pois surgem em decorrência de situações percebidas ao longo do processo licitatório.

Nesse sentido, esta Pregoeira **não acata os argumentos apresentados pela Recorrida** e, em se constatando tal necessidade, serão solicitados documentos tantos quanto forem necessários à elucidação ou comprovação de outros já apresentados.

Quanto às pesquisas realizadas pela Recorrente por meio da ferramenta *street view* para averiguação dos locais descritos nos atestados apresentados pela Recorrida, seguem abaixo as alegações e as respectivas análises e diligências da Pregoeira:

Alegação da Recorrente – Atestado Ambev:

“No endereço apresentado no atestado emitido pela ABINBEV em Presidente Prudente São Paulo, aparece uma foto com um ginásio esportivo, contendo muros altos sem visualização do local;”

Análise da pregoeira:

Em breve pesquisa no *Google*, logo na página inicial, bem como na ferramenta *Google Maps*, o endereço informado no Atestado bem como no Anexo 5 do Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a AMBEV e a Recorrida, corresponde exatamente ao local onde se encontra a Cervejaria Ambev, conforme **Anexo XXII**, sendo informação suficiente para contestar o alegado pela Recorrente.

Alegação da Recorrente – Atestado Cartório Tupã:

“Para o documento apresentado pelo Oficial de Registro de Imóveis em Tupã SP, procede com o estabelecimento indicado porem a área constante no documento não é compatível como se demonstra nas fotos localizada;”

Análise da pregoeira:

Ao verificar a foto pela ferramenta Street View, não é possível identificar exatamente a área do local, conforme imagem constante no **Anexo XXIII**. Neste caso, tendo em vista que houve apenas a apresentação do Atestado acompanhado do Contrato de Prestação de Serviços assinado em 2012 sem os respectivos termos aditivos, foi realizada diligência por telefone com o emitente do documento, sr. José Carlos Jassi, pelo número do cartório (14) 3496-6844, o qual informou que (i) de fato a empresa Solumar havia prestado serviços de limpeza naquele local; (ii) não se lembrava quando havia emitido o referido atestado; (iii) não soube precisar por quanto tempo nem qual o período exato da prestação



Conselho Regional de Enfermagem

dos serviços; e (iv) as metragens aproximadas do imóvel onde está instalado o Cartório correspondem às do Atestado.

Tendo em vista que o Sr. José Carlos não se recordava acerca de quando havia emitido o atestado, o documento foi enviado para o e-mail por ele informado (jcjassi@terra.com.br), para que ele confirmasse sua emissão, bem como todos os dados lá constantes. O e-mail foi respondido pelo Sr. José Carlos Jassi com a confirmação das informações (**Anexo XXIX**).

Deste modo, esta Pregoeira entende ser desnecessária a apresentação de outros documentos para comprovação dos serviços prestados mencionados no Atestado.

Alegação da Recorrente – Atestado Mekra Lang:

“Para o documento apresentado pela MEKRA Lang do Brasil, aparece comércios diversos, mas nada da empresa emitente do documento de atestado técnico.”

Análise da pregoeira:

O atestado foi acompanhado de contrato de prestação de serviços e, ainda, a Área Técnica diligenciou o documento conforme informações constantes no Relatório Técnico apresentado. No mais, ao realizar pesquisa no *Google*, aparecem os dados da empresa – foto da empresa (e não de comércios diversos), endereço e telefone, sendo que o endereço corresponde exatamente ao indicado nos documentos apresentados; por fim, a empresa possui website, constando como endereço também o indicado no atestado. Dessa forma, os documentos apresentados e diligências realizadas (**Anexos XXIV e XXV**) são suficientes para comprovação da veracidade das informações.

Alegação da Recorrente – Atestado Jari Celulose:

“Para o documento apresentado pela Jari Celulose e Embalagens SA, aparece comércios diversos, mas nada da empresa emitente do documento de atestado técnico.”

Análise da pregoeira:

O atestado foi acompanhado de contrato de prestação de serviços e dois termos aditivos, comprovando o período lá declarado.

Quanto ao local, em pesquisa realizada no *Google*, logo na página inicial, verifica-se que o endereço informado no Atestado bem como no Contrato de Prestação de Serviços e demais Termos Aditivos firmado entre a Jari Celulose e a Recorrida, corresponde exatamente ao local onde se encontra uma unidade da empresa; em pesquisa na ferramenta *Google Maps*, verifica-se que se trata de um prédio comercial de escritórios, e a unidade fica no 25º andar, conforme **Anexos XXVI e XXVII**.



Conselho Regional de Enfermagem

Assim, esta Pregoeira entende que não há necessidade de outras diligências para o referido Atestado.

Alegação da Recorrente – Atestado Mavesa Veículos:

“Para o documento apresentado pela Mavesa – Matuoka Veículos Ltda, procede com o estabelecimento indicado porem a área constante no documento não é compatível como se demonstra nas fotos localizada;”

Análise da pregoeira:

O atestado foi acompanhado de contrato de prestação de serviços sem apresentação de termos aditivos; assim, realizei diligência por meio de ligação telefônica no número informado no documento (18) 3502-2211, mesmo telefone que consta no site da empresa Mavesa Honda, para a unidade de Adamantina/SP (<https://www.mavesahonda.com.br/>). O signatário no atestado, Sr. Walter Massaharo matsuka não se encontrava, pedi para falar com um responsável pela unidade, ao que me atendeu a Sra. Célia Regina Tebaldi, informando exercer o cargo de contadora. Ao ser questionada sobre a prestação de serviços de limpeza pela empresa Solumar, ela informou, com muita precisão, que a empresa presta serviços de limpeza naquele local há muitos anos, sendo pelo menos do ano 2010 em diante, quando a empresa “chamava outro nome” (na época o nome da empresa era RS Serviços de Dedetização e Limpeza Ltda); que a Solumar apenas cessou a prestação dos serviços no ano de 2020, quando sobreveio a pandemia do coronavírus; que sempre prestaram um bom serviço; e que o local possui aproximadamente mil metros quadrados de área.

Em vista das informações prestadas, esta pregoeira entende suficientes as diligências realizadas para a comprovação do referido documento.

Alegação da Recorrente – Atestado Engemav:

“Para o documento apresentado pela ENGEMAV, aparece como uma residência ou moradias diversas, mas nada igual ao informado pela empresa emitente do documento de atestado técnico.”

Análise da pregoeira:

O atestado foi acompanhado de contrato de prestação de serviços e dois termos aditivos, comprovando o período lá declarado.

Quanto ao local, em pesquisa realizada no *Google*, logo na página inicial, verifica-se que o endereço informado no Atestado bem como no Contrato de Prestação de Serviços e demais Termos Aditivos firmado entre Engemav e a Recorrida, corresponde exatamente ao local onde se encontra uma unidade da empresa, conforme **Anexo XXVIII**.



Conselho Regional de Enfermagem

Entretanto, o último Termo Aditivo foi firmado em janeiro/2018 e a data anotada à mão no Atestado, ao que parece ser a data de emissão do documento, é de 08/09/2018, o que comprova que, ao menos no período de setembro/2015 até janeiro/2018 o serviço foi prestado. Logo, mesmo desconsiderando o período compreendido entre fevereiro/2018 e setembro/2018 não prejudica a comprovação do período de experiência de 3 anos exigidos em Edital.

Assim, esta Pregoeira entende que não há necessidade de outras diligências para o referido atestado.

No mais, todas as alegações apresentadas pela Recorrente de dúvidas quanto aos atestados referiam-se a pesquisas na ferramenta *street view*, e não foram trazidos outros elementos que comprovem a inidoneidade dos documentos, cabendo à interessada a prova dos fatos, conforme art. 36 da Lei 9.784/1999.

Destarte, esta Pregoeira entende que as alegações foram combatidas e não merecem ser acolhidas.

V. Recorrente A4 Terceirização Eireli – ME – Grupos G15, G17 e G18

As alegações da Recorrente A4 Terceirização são as mesmas da Recorrente Agile, no sentido de que a Recorrida não conseguiu comprovar o total de postos para o total de grupos nos quais sagrou-se vencedora.

Ainda, alega que outros documentos devem ser apresentados para comprovação dos atestados, tais como contrato de prestação de serviços e notas fiscais, e requer a apresentação, por parte da Recorrida, de:

“Notas Fiscais dos últimos meses de prestação de serviço;

Raiz dos empregados vinculados;

SEFIP/GEFIP dos empregados alocados e vinculados;

Extrato do FGTS dos empregados alocados e vinculados aos respectivos contratos de prestação de serviço. “

Contrarrazões da Recorrida:

Ao apresentar suas contrarrazões para os Recursos dos Grupos G15, G17 e G18, a Recorrida manteve os mesmos argumentos apresentados para os Grupos G4, G6, G7, G8 e G9, já descritos no item IV.

Manifestação da Pregoeira:



Conselho Regional de Enfermagem

Neste momento será realizada a manifestação quanto às alegações da Recorrente Agile, para a primeira alegação (p. 29) e para as alegações da Recorrente ora analisada, A4 Terceirização, em relação à ausência de comprovação do total de postos. Vejamos.

Ambas as recorrentes alegam não ter a Recorrida atendido à cláusula 9.14.1 do Edital no quesito 'quantidade'; no entanto, os critérios normalmente utilizados em licitações era de que cada grupo ou cada item (em caso de licitação por item) correspondia à uma licitação à parte, visto que qualquer interessado que atenda às exigências do edital pode concorrer para quantos grupos ou itens quanto acharem necessário; deste modo, era como se cada um deles fossem licitações separadas, sendo as comprovações técnicas e de qualificação econômico-financeiras não cumulativas para os diversos grupos ou itens.

Porém, o Edital do Pregão Eletrônico SRP inovou em uma cláusula, trazendo o dispositivo 9.16, que diz:

“O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação no grupo que não estiver acobertado pelo atestado no quantitativo mínimo necessário ou da qualificação econômico-financeira adequada, além da aplicação das sanções cabíveis.”

De fato, esta Pregoeira não aplicou a interpretação correta à cláusula. Em vista da comprovação de 10 postos de trabalho, os grupos para os quais a Recorrida obteve êxito devem ser revistos:

Grupo	Requisitos de quantitativo	Qtde. de postos necessária	Situação do grupo	Saldo
G1	M ² e Posto	7	Recurso	—
G4	Posto	1	Recurso	—
G6	Posto	1	Recurso	—
G7	Posto	1	Recurso	—
G8	Posto	1	Recurso	—
G9	Posto	1	Recurso	—



Conselho Regional de Enfermagem

G11	Posto	1	Contratado	- 1
G14	Posto	1	Contratado	- 1
G15	Posto	1	Recurso	—
G17	Posto	1	Recurso	—
G18	Posto	1	Recurso	—

Situação atual da Recorrida	
Total necessário para cumprir com o item 9.16 do edital	17
Total comprovado	10
Total utilizado (grupos contratados)	2
Saldo	8
Total que falta para comprovação do item 9.16 do Edital	15, sendo 15 – 8 (saldo) = 7

Em vista da correta aplicação da cláusula 9.16 do Edital e da reanálise feita por esta Pregoeira quanto às quantidades necessárias para comprovação de todos os Grupos vencidos pela Recorrida, **acolho as alegações das Recorrentes Agile Terceirização Eirelli – EPP e A4 Terceirização Eirelli – ME no que concerne à não comprovação, pela Recorrida, do total de postos exigidos.**

VI. Decisão Final dos Recursos apresentados

1) Do Recurso interposto para o Grupo G1 – Recorrente Liga

Após todas as análises feitas tanto pela Área Técnica quanto por esta Pregoeira em relação a esse recurso, percebe-se que o ponto central, apesar de não ter sido explicitamente abordado nas razões de recurso, recaíram sobre a interpretação das cláusulas de exigência para a capacidade técnica.

Ao que esta Pregoeira entendeu não haverem sido trazidos critérios objetivos para aferição dos atestados, quando de suas análises, dever-se-ia, tão somente, ater-se ao estritamente exigido no instrumento convocatório, trazendo interpretações, se for o caso,



Conselho Regional de Enfermagem

aceitas pelo Tribunal de Contas da União e que não causem restrição ao caráter competitivo da licitação.

No entanto, a simples ausência desses critérios não maculam o certame, tampouco ferem o princípio da isonomia nem o da busca da proposta mais vantajosa, pois, se os parâmetros não foram objetivos para o primeiro colocado, também não os foram para os demais participantes do grupo.

Abaixo trago situação similar analisada pela Corte de Contas, em que a segunda colocada no Certame promovido pela EMBRATUR, Servix Informática Ltda, apresentou representação junto ao TCU alegando que a primeira colocada e vencedora do Certame, a empresa Infosec Tecnologia da Informação Ltda, não conseguiu comprovar capacidade técnica suficiente para prestação do serviço ora licitado. Ao analisar o caso, a Corte de Contas constatou que não havia definição de parâmetros objetivos para aferição do quantitativo dos serviços prestados nos atestados de capacidade técnica, entretanto, tal situação não prejudicou o objetivo da licitação, que é a escolha da proposta mais vantajosa à Administração, conforme trechos transcritos:

“9. No caso sob exame, argumentou-se que o objeto da contratação (fornecimento e instalação da solução de rede local sem fio) não só era constituído por bens e serviços comuns, próprio, portanto, à utilização da modalidade de pregão, mas também, segundo entendimento do próprio contratante, revestia-se de baixa complexidade.

10. Por isso o Termo de Referência, anexo ao edital, limitou-se a exigir a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprovasse o anterior fornecimento e instalação de “solução de porte similar com o objeto desta licitação” (peça 3, p. 30), sem indicar, contudo, os critérios objetivos que comprovariam a similaridade entre os serviços anteriormente executados e o objeto da contratação pretendida.

11. Fato é que a ausência de indicação de quantitativos mínimos em serviços com características semelhantes que deveriam ser comprovados pela licitante veio a resultar que, na prática, a exigência contida no item 18.1.1 do Termo de Referência (item 10.6.2.1 do edital) representou mera formalidade, insuscetível de mensuração objetiva.

12. Destarte, entendo que a possibilidade de aproveitamento do certame em tela não se fundamenta, unicamente, no fato de a primeira colocada haver apresentado proposta de valor consideravelmente menor do que o da segunda colocada, mas deve-se considerar, adicionalmente, que a eventual inabilitação da



Conselho Regional de Enfermagem

primeira colocada, por não haver comprovado o atendimento à exigência supracitada, seria medida de excessivo rigor, tendo em vista a baixa complexidade do objeto licitado e a ausência de critérios objetivos de aferição da experiência anterior da licitante.

13. Considerando que tal falha na elaboração do edital não veio a resultar, concretamente, em quebra de isonomia entre os interessados, uma vez que a fragilidade dos critérios de julgamento da habilitação técnica ocorreria, necessariamente, qualquer que fosse a licitante que houvesse apresentado a proposta de menor valor; considerando que a expressiva diferença de preços assinalada entre a primeira e a segunda colocada não suscitou qualquer questionamento quanto à exequibilidade da proposta declarada vencedora; considerando a presunção de que o certame resultou na obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, o que atende ao princípio da economicidade; considerando que, apesar das falhas constatadas na elaboração e na condução do certame, deve subsistir a prevalência do atendimento ao interesse público; e tendo em vista, por fim, que não se constatou a existência de dano ao erário, entendendo que não há óbices à revogação da medida cautelar anteriormente concedida, permitindo-se assim, via de consequência, a utilização da ata de registro de preços já constituída.”

Acórdão 361/2017 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo.

No caso ilustrado, o valor estimado da contratação era de R\$ 2.469.706,72, sendo que a representante apresentou lances no valor total de R\$ 1.411.682,00, R\$ 416.165,00 superior ao da licitante vencedora, que teria apresentado lance de valor total de R\$ 995.516,36.

No caso aqui em análise, temos que, o valor estimado da contratação é de R\$ 594.447,24, com o melhor lance da vencedora, ora Recorrida em 393.050,16. A próxima colocada, ora Recorrente, apresentou o melhor lance de R\$ 446.125,20, superior em R\$ 53.075,04 ao da vencedora, ou 13,50% a mais, sendo um percentual considerável, não sendo mais vantajosa, economicamente, à Administração.

Isto posto, considerando as análises supra e a atribuição estabelecida no art. 17, inc. VII, do Decreto nº 10.024/2019,

DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA do recurso apresentado, conforme a legislação aplicável, o Edital de Licitação e suas normas, e, em especial, os princípios do julgamento objetivo das propostas, da



Conselho Regional de Enfermagem

vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da legalidade e da escolha da proposta mais vantajosa à Administração;

e pela **MANUTENÇÃO** da decisão quanto a habilitação da empresa Solumar Serviços Terceirizados e Facilities Ltda, **COM RESSALVAS**.

2) Dos recursos interpostos pelas empresas Agile Terceirização Eireli EPP para os Grupos G4, G6, G7, G8 e G9 e A4 Terceirização Eireli ME para os Grupos G15, G17 e G18:

Conforme abordado no item V do presente documento, foi necessária reanálise e recontagem dos documentos apresentados pela Recorrida, a fim de averiguar se a empresa conseguiu cumprir com os requisitos do Edital, em especial, com a cláusula 9.16.

O fato constatado é, para que a Recorrida possa sagrar-se vencedora de todos os grupos, necessitaria complementar a comprovação dos atestados e mais 7 postos, pois, precisa comprovar 17 e comprovou apenas 10.

No entanto, desses 17 postos, à Recorrida já foram adjudicados 2 grupos, inclusive já foram firmados os contratos de prestação de serviços respectivos (Contratos de Prestação de Serviços número 30/2020 e 31/2020). Assim, lhe restam 8 postos para “utilizar” nos 15 que devem ser comprovados.

Quanto à complementação dos atestados e envios posterior de documentos, em entrevista recente do ilustre Ministro Benjamin Zimler à conceituada empresa de consultoria em licitações “Sollicita”, o tema foi abordado.

Ao ser indagado pela entrevistadora sobre como o pregoeiro deve proceder caso o licitante envie proposta sem conter todos os documentos de habilitação exigidos, se deve inabilitar imediatamente o licitante ou é possível, após a fase de lances, que o Pregoeiro realize diligência para juntada de documento novo que o licitante “esqueceu”, para complementar a exigência editalícia, o Ministro assim se manifestou:

“Ministro Benjamin Zimler - Inicialmente, gostaria de fazer alguns comentários sobre a mudança procedimental promovida pelo Decreto 10.024/2019. Para melhor compreensão, apresento os dispositivos do aludido ato normativo em que se concentra a matéria controvertida:

“Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se previamente no Sicaf ou, na hipótese de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;



Conselho Regional de Enfermagem

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

(...)

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

(...)

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão



Conselho Regional de Enfermagem

encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.”

Da leitura do dispositivo acima, não resta dúvida de que os documentos de habilitação devem ser enviados por todos os licitantes juntamente com suas propostas de preços.

Entendo que, no Pregão, consoante o disposto na Lei 10.520/2002, a fase de habilitação ocorre formalmente após a etapa competitiva, in verbis:

“Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

(...)

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;



Conselho Regional de Enfermagem

XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;”

A interpretação mais razoável do processamento do Pregão, nos termos das disposições da Lei 10.520/2002 acima reproduzidas, é que somente seriam exigíveis os documentos de habilitação da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, cuja proposta de preços tenha sido aceita, tal como ocorria no âmbito da sistemática amplamente praticada nos pregões fundamentados no Decreto 5.540/2005.

Todavia, reconheço que o procedimento agora entabulado pelo Decreto 10.024/2019 não é inédito, pois a exigência dos documentos de habilitação de todos os licitantes no Pregão também se encontra previsto no Regulamento do Pregão na modalidade presencial. Nesse sentido, o art. 11, inciso V, do Decreto 3.555/2000 dispunha: “aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação”.

Assim, creio que se encontra superada a discussão sobre a legalidade das disposições presentes nos arts. 19, inciso II, 25 e 26 do Decreto 10.024/2019.

Resta tão somente analisar se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar poderia complementar a documentação de sua habilitação em momento posterior, após a aceitação de sua proposta de preços.

Reconheço que a questão suscita várias polêmicas, mas pode ser facilmente dirimida com a aplicação do princípio da seleção da proposta mais vantajosa, o que exigiria que o Pregoeiro diligenciasse ao participante do certame requerendo o documento que não constou de sua habilitação. Trata-se inclusive de medida acobertada pelo art. 47 do mesmo Decreto:

“Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.”

O processo licitatório deve ser pautado pelo formalismo moderado e pela busca pela verdade material, de forma que a vedação à inclusão de “documento novo”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que a



Conselho Regional de Enfermagem

licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Se o documento ausente se referir a uma condição atendida pela licitante no momento de apresentação de sua proposta, mas que não foi entregue juntamente com os demais documentos habilitatórios por mero esquecimento, haverá de ser obrigatoriamente solicitado, analisado e aceito pelo Pregoeiro.

Considero que a admissão de juntada de novos documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes.

O art. 17, inciso VI, do Decreto 10.024/2019 também afirma que é dever do pregoeiro sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica. Com base nesse dispositivo, julgo que não haveria vedação ao envio de documento novo, que não altere, modifique, documento anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa constatação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados.

Parte-se do pressuposto de que a licitante detém a documentação exigida e apenas não foi encaminhada por erro ou falha, e isso não deveria ser motivo para sua inabilitação no certame com base em documentação previamente enviada antes do início formal da etapa de habilitação, a qual ocorre somente após a fase competitiva.

Portanto, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante deixar de apresentar algum dos documentos exigidos de habilitação antes de formalmente iniciada tal etapa do certame não enseja a desclassificação da proposta, podendo haver saneamento da documentação no momento oportuno, que ocorre verdadeiramente após o julgamento das propostas de preços.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.

Nesse sentido, reproduzo excerto do voto condutor do Acórdão 1.758/2003-Plenário, relatado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues (grifos acrescidos):



Conselho Regional de Enfermagem

“Ressalto, preliminarmente, que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos precisos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.

Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato.

No presente caso, não se afigura que o ato impugnado tenha configurado tratamento diferenciado entre licitantes, ao menos no grave sentido de ação deliberada destinada a favorecer determinada empresa em detrimento de outras, o que constituiria verdadeira afronta aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Ao contrário, entendo que foi dado fiel cumprimento ao citado art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000, no sentido de que “as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação”.

Não se configura, na espécie, qualquer afronta ao interesse público, à finalidade do procedimento licitatório nem à segurança da contratação, uma vez que venceu o certame empresa que, concorrendo em igualdade de condições, ofereceu proposta mais vantajosa e logrou comprovar, na sessão, a aptidão para ser contratada.

Assiste, portanto, razão à unidade técnica ao considerar regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas nos incisos XIII e XIV, do art. 11, do Decreto 3.555/2000.”

Nesse sentir, a controvérsia ora apresentada sobre o Decreto 10.024/2019, que regulamenta o pregão eletrônico no âmbito da administração pública federal, reproduziu a previsão do Decreto 3.555/2000, tornando o julgado acima inteiramente aplicável ao dispositivo do novo regulamento.

Diante do exposto, avalio que a aplicação da regra contida no Decreto 10.024/2019, deve considerar as condições inerentes à uma disputa eletrônica, bem



Conselho Regional de Enfermagem

como possibilidades e facilidades que a evolução tecnológica e um sistema computacional oferecem.

Ainda que o novo decreto do pregão tenha alterado o momento para envio da documentação de habilitação, passando a ter como limite a abertura da sessão pública, quando no regulamento anterior (Decreto 5.450/2005) esse ocorria após a fase de lances e quando solicitado pelo pregoeiro, concluo que deve ser concedida nova oportunidade de envio após a verificação no julgamento da proposta do licitante de que não há toda a documentação de habilitação exigida, conforme recentemente me manifestei ao relatar o Acórdão 2.263/2020-Plenário, ainda em juízo preliminar.

Ao contrário das disputas presenciais, em que os licitantes comparecem a locais previamente determinados e municiados de envelopes lacrados com toda a documentação exigida no certame, a disputa no pregão eletrônico ocorre à distância, por meio de sistema informatizado que permite o envio em tempo real de documentos e informações necessárias a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa, sem que se comprometa a celeridade do processo licitatório, tornando-o mais transparente e eficiente.

Nesse sentido, a desclassificação da licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo totalmente dissociado do interesse público, no qual prevalece o processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Disponível em: https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=16884&n=nova-oportunidade-de-envio-de-documento-habilitat%C3%B3rio?-sim!-

Isto posto, considerando as análises supra e a atribuição estabelecida no art. 17, inc. VII, do Decreto nº 10.024/2019,

DECIDO pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL** dos recursos apresentados pela empresa Agile Terceirização Eireli EPP para os Grupos G4, G6, G7, G8 e G9 e pela empresa A4 Terceirização Eireli ME para os Grupos G15, G17 e G18, conforme a legislação aplicável, o Edital de Licitação e suas normas, e, em especial, à Súmula 473 do STF e aos princípios da autotutela administrativa, da isonomia, da legalidade e da escolha da proposta mais vantajosa à Administração;

Devendo a empresa Solumar Serviços Terceirizados e Facilities Ltda, **COMPLEMENTAR** os atestados apresentados para comprovação do quantitativo total exigido em edital para todos os Grupos que obteve êxito, desde que os documentos se refiram a situação pré-existente à data de abertura das propostas, OU, caso não consiga fazê-lo, deverá **REALIZAR ESCOLHA** dos grupos para os



Conselho Regional de Enfermagem

quais deseja obter a adjudicação **INCLUSIVE** em relação ao Grupo G1, no limite dos atestados de capacidade técnica já apresentados, descontando os dois grupos já contratados;

E, assim, **RETORNAR** à fase de habilitação do Pregão Eletrônico nº SRP 11/2020.

VII. DO ENCAMINHAMENTO

Remeto os autos à Autoridade Superior do Coren-SP a qual caberá o definitivo pronunciamento, podendo **MANTER** a decisão desta Pregoeira ou **REFORMÁ-LA**, competindo-lhe a **ADJUDICAÇÃO** e a **HOMOLOGAÇÃO** do presente certame, após o retorno das fases do pregão.

VIII. ANEXOS DO RECURSO

Compõem o presente recurso os documentos dos Anexos I a XXIX, conforme arrolados no decorrer desta decisão.

São Paulo, 21 de outubro de 2020.

Pregoeira:

Obs: este documento e os todos os seus anexos podem ser consultados no site do Coren-SP, no endereço: <https://portal.coren-sp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico-srp-no-11-2020-servico-de-limpeza-nas-unidades-do-coren-sp/>

TERMO DE JUNTADA	TERMO DE REMESSA	TERMO DE RECEBIMENTO
Nesta data, faço a juntada de ____ folhas neste processo, que receberam os números de ____ a ____.	Nesta data, faço a remessa deste processo, contendo ____ volumes e ____ folhas, do setor Pregoeira para o setor Presidência.	Nesta data, recebi no setor _____ este processo contendo ____ volume(s) e ____ folhas, enviado pelo setor _____.
São Paulo, 21/10/2020.	São Paulo, 21/10/2020.	São Paulo, ____/____/____.
_____ Assinatura e carimbo	_____ Assinatura e carimbo	_____ Assinatura e carimbo